

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
AMANDA LEFFA ROLDÃO

**O PAPEL DA ESCOLA NA PROBLEMATIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE
GÊNERO**

Florianópolis

2016

AMANDA LEFFA ROLDÃO

**O PAPEL DA ESCOLA NA PROBLEMATIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE
GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Silvia Rial

Co-orientadora: Ms. Caroline Soares de Almeida

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Roldão, Amanda Leffa

O PAPEL DA ESCOLA NA PROBLEMATIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO / Amanda Leffa Roldão ; orientadora, Carmen Silva Rial ; coorientadora, Caroline Soares de Almeida. - Florianópolis, SC, 2016.

31 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Escola . 3. Gênero. 4. Violência . 5. Plano Político Pedagógico. I. Rial, Carmen Silva. II. Almeida, Caroline Soares de. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. IV. Título.

AMANDA LEFFA ROLDÃO

O PAPEL DA ESCOLA NA PROBLEMATIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

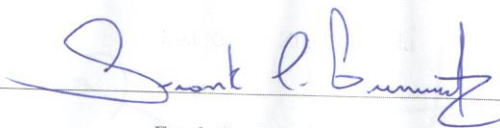


Olga Regina Zigelli Garcia

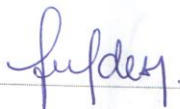
Banca Examinadora:



Dijna Andrade Torres



Frank Cardoso Lummertz



Fabricia Machado Fernandes

“A minha mãe, que durante todo o percurso desta formação, me incentivou e apoiou, sendo o pilar principal na concretização deste sonho; e aos meus filhos João Pedro e Théo, aos quais procuro sempre melhorar pessoal e profissionalmente, para lhes proporcionar um futuro melhor.”

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me colocar sempre no rumo certo, mesmo eu tentando me desviar do caminho, e por me dar sabedoria na conclusão deste aperfeiçoamento.

A minha mãe, em especial, ao meu pai e meus irmãos por terem sido a minha base fortalecedora nas inúmeras vezes em que pensei em desistir.

Ao meu Marido, que mesmo indiretamente, contribuiu para que essa formação acontecesse.

As colegas de turma, que juntamente comigo, venceram esse desafio e acima de tudo, testaram seus limites para conclusão deste curso.

Ao Tutor presencial Frank Lummertz, que possibilitou mais aprendizado, agregando sua sabedoria a nossa formação.

A minha Coorientadora Caroline Soares, que sempre me ensinou, auxiliou e tirou dúvidas, com muita dedicação e paciência, e que acreditou no meu projeto.

A minha Orientadora Carmem Rial, que tirou tempo (mesmo que pouco) para agregar ainda mais conhecimento a mim e meu trabalho.

Por fim, registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

As violências de gênero têm sido praticadas com alto índice de frequência e isso ocorre em diferentes lugares e a todo momento. No ambiente escolar não é diferente, pois, mesmo na invisibilidade, elas ocorrem nas relações entre alunos, na vivência com os professores e entre os profissionais da escola. O que se pretende aqui é articular uma pesquisa de campo tendo em vista um questionário, respondido por alguns professores, além de problematizar a respeito da formação dos profissionais que atuam numa escola de Praia Grande e do Plano Político Pedagógico (PPP) da instituição, quando se trata do assunto gênero e diversidade, com enfoque nas violências de gênero.

Palavras-chave: Escola, Gênero, Violência, Plano Político Pedagógico.

ABSTRACT

Gender violence has been practiced with a high rate of frequency and this occurs in different places and at all times. The school environment is not different, because even in invisibility, they occur in the relationships between students, the experience with teachers and among school professionals. The aim here is to articulate a field research with a view to a questionnaire, answered by some teachers, and to ask questions about the training of professionals who work in a school of Praia Grande and curriculum preparing the institution when it comes to the subject gender and diversity, focusing on gender violence. Gender-based violence happens all the time and in different places. This is not different at institutions like schools. Even under invisibility, it occurs in all kind of relationship: between students, teachers and other education professionals. The proposal of this research includes articulate a fieldwork and a survey (questionnaire answered by teachers). The issues aim the professional qualification of teachers and their opinions about the school's Education-Political Project (EPP) – if it covers questions around gender and diversity. The institution's choice for this research is localized at Praia Grande city, inside of Santa Catarina State.

Keywords: School, Gender, Violence, Education-Political Project.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Dados gerais das/os Participantes.....	19
GRÁFICO 2	Percepção das/os profissionais da educação sobre relações de gênero na escola estudada.....	20
GRÁFICO 3	Soluções apontadas pelas/os profissionais da educação nas ocorrências onde há violência de gênero.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

PPP – Plano Político Pedagógico

ACT – Admitido em Caráter Temporário

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>11</u>
1.1	<u>MÉTODOS DE PESQUISA</u>	13
<u>2</u>	<u>CAPÍTULO 1: UMA DAS VÁRIAS FACES DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO</u>	<u>15</u>
2.1	<u>O PAPEL DA ESCOLA</u>	16
2.2	<u>A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS</u>	17
<u>3</u>	<u>CAPÍTULO 2: RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA: APLICANDO OS</u>	
	<u>QUESTIONÁRIOS</u>	<u>19</u>
<u>4</u>	<u>CAPÍTULO 3: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O COTIDIANO</u>	
	<u>ESCOLAR</u>	<u>24</u>
<u>5</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>26</u>
<u>6</u>	<u>REFERÊNCIAS:</u>	<u>29</u>
<u>7</u>	<u>APÊNDICE</u>	<u>31</u>

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as violências de gênero começaram a ser mais amplamente discutidas a partir de mobilizações feministas contra assassinatos de mulheres “por amor” e “em defesa da honra” durante a década de 1970 (GROSSI, 2015. p. 160). Um dos casos mais famosos foi o assassinato da socialite Ângela Diniz, a Pantera de Minas, pelo seu companheiro em 1976. O caso provocou bastante discussão na época, chegando aos grandes veículos de comunicação. Os movimentos feministas, que se rearticulavam novamente no país, utilizaram a causa para promover debates e estudos sobre a violência contra as mulheres, papéis de gênero e o patriarcado no Brasil. Todo esse movimento fomentaram discussões em torno da construção das identidades de cada um, ganhou mais evidência e isso refletiu nas disputas de gênero.

As violências de gênero acontecem em vários espaços, com bastante frequência, e de diferentes maneiras, sendo vistas como um problema social. Assim, percebe-se que é necessário ver a instituição escolar enquanto um potencial transformador social, capaz de criar um sujeito que pense num mundo voltado aos direitos humanos, à igualdade de gênero e ao respeito coletivo.

Para se entender o conceito de violências de gênero, torna-se necessário, primeiramente, identificar quais são as formas de violência possíveis. Lia Zanotta Machado, traz em seu artigo “Formas e Gêneros da violência no Brasil” uma classificação dessas formas em quatro tipos tradicionais, sendo “a guerra como uma forma de solução para conflitos, a violência interpessoal na solução de indivíduos, na relação entre indivíduos e instituições, na solução de disputas de patrimônio e, a violência de gênero. A antropóloga, enfatiza ainda que existem novas formas de violência, que envolvem a criminalidade, os órgãos de segurança estatais e privadas e, por fim, a violência grupal, - nos casos de chacinas em lugares públicos, escolas, etc.

Pode-se dizer que as violências de gênero, portanto, enquanto baseadas numa relação de poder onde papéis sociais são pré-definidos dentro de uma ideia heteronormativa, algumas vezes são reproduzidas dentro de instituições escolares, podendo ser de professor/a para aluno/a ou, em muitos casos, instigadas pelos mesmos. Torna-se importante salientar que o conceito de violências de gênero também abrange casos de lesbofobia, homofobia, transfobia ou qualquer outra relação que leve em conta relações de poder em situações onde há um rompimento com essa heteronormatividade vigente. Dessa forma, ocorre uma sobreposição de

valores morais heteronormativos/tradicionais sobre uma perspectiva calçada no respeito às diversidades. No entanto, para esse trabalho, levarei em conta os pressupostos feministas da antropóloga Lia Zanotta, mais propriamente no que se refere à violência conjugal.

Dentro do universo aqui especificado, podemos pensar o ambiente educacional, não apenas como um local onde também ocorrem essas violências de gênero, mas também como um ambiente onde o assunto deve ser discutido e combatido na formação da criança e adolescentes. Tendo em vista que nem todos os profissionais podem estar aptos à percepção dessas violências, a reflexão deste debate voltado à escola se faz em caráter emergente e, para que acima de tudo, se crie propostas para problematizar o tema com urgência.

Uma das formas de saber se existe a problematização do tema entre educadores e profissionais da escola, seria aplicando um questionário, observando se estes possuem formação continuada e/ou preparo, para debater questões sobre as violências de gênero, e, desta forma, trabalhar em cima da proposta curricular da escola, analisando questões como:

1. A escola trabalha gênero e diversidade no currículo?
2. Qual a percepção da escola em relação às violências de gênero?
3. Os profissionais da escola têm preparo para situações sobre esse tipo de violência?

Este estudo é reflexo também de observações percebidas por mim durante o tempo em que atuei como professora na rede municipal da cidade de Praia Grande, em Santa Catarina. Visa pensar as violências de gênero no ambiente educacional, problematizando a formação dos profissionais que atuam em instituições da região enquanto criadores de identidades. Sendo que a preparação desses profissionais que atuam no ambiente escolar/ou da escola pesquisada, tem papel fundamental no debate do tema, foi proposto um questionário, com objetivo de perceber se os mesmos problematizam, ou não, a ocorrência de violências de gênero no âmbito educacional, e/ou trabalham ações que enfatizem a temática.

Este estudo traz uma discussão sobre violências de gênero e uma de suas faces, tendo em vista suas punições legais a partir de Lia Zanotta e do artigo Lei Maria da Penha Comentada do CFEMEA. Enfatizo também, o papel da escola enquanto construtora de saberes e transformadora de pensamentos, na problematização das violências que acontecem no cotidiano escolar, e, na relação que a instituição tem com seus profissionais, tornando-se responsável por disponibilizar a estes, uma formação continuada, que os permita preparo para lidar com qualquer situação “não-habitual” que ocorra na escola.

1.1. MÉTODOS DE PESQUISA

Trata-se de um estudo qualitativo a respeito da formação e preparo dos professores e da instituição escolar. Atribuir à pesquisa caráter qualitativo consiste retirar o objeto/sujeito de pesquisa da situação ideal de laboratório e estudá-lo a partir de seu “contexto natural” (GÜNTHER, 2006. p. 203). Assim sendo, quando se trata de pesquisar um sujeito, é necessário uma análise de seus traços subjetivos e suas particularidades, o que não se poderia traduzir apenas por números quantificáveis.

Gilberto Velho explicita em um artigo que:

[...] membros de diferentes estratos sociais (a grande maioria dos quais passou a maior parte de suas vidas em grandes cidades) têm práticas e orientações semelhantes em áreas que envolvem dimensões de vida instrumentais (tais como no trabalho) como também em aspectos mais fortemente sujeitos a influências ideológicas (tais como educação e questões políticas genéricas). Eles, entretanto, têm diferentes práticas e orientações em áreas que envolvem dimensões de vida mais pessoais (tais como família, religião e vida associativa) e em aspectos que têm consequências e significados diversos de acordo com a posição social (tais como questões políticas específicas) (VELHO, 1980. p.35).

Quando se trata de uma pesquisa no campo educacional, também se faz necessário perceber a relevância de tais influências na prática docente: Formação acadêmica; vínculo profissional - se é admitido em caráter temporário (ACT) ou efetivado; experiências pessoais; etc. O mesmo cuidado foi considerado na instituição escolhida. Levou-se em conta tanto o histórico da instituição, quanto da cidade na qual esta se encontra. Dessa forma, optei pela utilização de três métodos diferentes, porém complementares, para a coleta de dados:

1. Observação Participante
2. Questionário (*Survey*)
3. Análise de documento

A observação participante é um método que já vem sendo realizado por antropólogas/os desde a década de 1930. Consiste na pesquisa em campo mais alongada, em que existe a necessidade de um aprofundamento de “observação e empatia”, uma vez que existem aspectos da cultura de uma sociedade que encontram-se mais submersos – o que não poderia ser notado num primeiro momento (VELHO, 1978, p. 36) . Mesmo que a instituição escolhida seja um ambiente bastante familiar para mim, o trabalho de campo levou em conta um exercício de estranhamento, que nas palavras do antropólogo Gilberto

Velho (*Idem*, p. 39 - 46) consiste em “transformar o familiar em exótico” de forma a estranhar e relativizar – nessa ordem – essas relações.

Também foi aplicado um questionário a fim de coletar tais dados e perceber ou não, se as práticas dos mesmos transcendem por suas influências ideológicas em professores de uma escola pública, pertencente a rede pública estadual de Santa Catarina e que possui mais ou menos, 500 alunos matriculados, de diferentes etnias, sendo a única escola que oferece o ensino médio na cidade de Praia Grande. Participaram da pesquisa quinze professoras/es de séries iniciais, ensino fundamental, a maioria com formação pedagógica e especialização em Educação Especial. Além disso, realizei uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com a finalidade de buscar qual o comprometimento da mesma na abordagem do tema.

Essa pesquisa primou pelo sigilo das pessoas envolvidas. As/os participantes (todas/os maiores de 18 anos) foram devidamente informadas/os do caráter acadêmico que envolveu a aplicação do questionário (em anexo).

2 CAPÍTULO 1: UMA DAS VÁRIAS FACES DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO.

Casos envolvendo violências de gênero são crescentes nos portais de notícias do Brasil, sobretudo, nas diversas formas de opressão às mulheres, nos casos de estupro e homofobia. No caso da violência contra as mulheres, pode-se dizer que elas sofrem violência só pelo fato de terem nascido mulheres. Essas violências estão também nos pequenos atos: nas palavras, nos gestos, no psicológico. Segundo a antropóloga Lia Zanotta, tais violências ocorrem mais nas relações conjugais. Assim:

[...] em relações conjugais violentas, os agressores buscam o sentido de seus atos violentos no contrato conjugal que julgaram ter feito. Consideram seus atos como “corretivos”. Alegam que as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em função dos cuidados com os filhos, ou do fato de serem casadas ou “amigadas”. A violência é sempre disciplinar. Eles não se interpelam sobre o porquê agiram desta ou daquela forma. Sua interpelação é apenas e somente sobre seus excessos: descontrole, bebida ou o “eu não sei o que me deu”. O descontrole, o ficar “transtornado” não constituem o ato violento. É a “sua” função disciplinar que o constitui, cabendo à fraqueza, apenas os “excessos” (ZANOTTA, 2015. p. 59).

O artigo, Lei Maria da Penha Comentada (CFEMEA), Lei 11.340/2006, especifica alguns tipos de violência de gênero e seus âmbitos, principalmente no caso da violência contra a mulher. A seguir aponto um detalhamento do artigo 7º da Lei:

Art. 7º...

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos

de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (CFEMEA, 2007. P.16)

A lei Maria da Penha tem sido apenas uma das formas de coibir a violência de gênero, sendo mais eficaz no caso da violência contra a mulher por seu/sua parceiro/a, porém, já engaja lutas contra a homofobia, tendo em vista que a mesma, traz em seus autos a violência em qualquer forma de relação.

Ressalta-se, porém, a importância de uma fundamentação teórica a respeito das violências de gênero desses temas dentro das instituições. Assim, através dessa fundamentação e de uma formação continuada na temática, pode-se ter uma ideia de um caminho para uma solução de conflitos que possam surgir dentro da escola.

2.1. O PAPEL DA ESCOLA

Parto da hipótese que grande parte das/os profissionais que atuam na área da educação não possuem/recebem uma preparação específica que leve em conta as violências de gênero, bem como a diversidade na escola. Assim, trabalhar esta percepção, traz uma grande chance de debater o tema dentro da instituição. E não somente o debate, mas a problematização destas violências, aprofundando sobre suas formas e analisando qual o papel da escola e de seus profissionais na instrução ou, na afirmação do aluno em idade de descoberta da sua sexualidade. Nessa perspectiva, a violência de gênero, é um fato bem relevante nesta pesquisa e tem um crescimento diário de ocorrências. O que aconteceria quando o aluno (a) tomar ciência do que é gênero e suas formas de violência, e/ou o que é opressão às mulheres, homofobia, transfobia, lesbofobia, entre outros e que estes, se escondem em pequenos atos? Dessa forma, questiona-se: qual seria o posicionamento destes diante de uma relação afetiva abusiva? Saberiam identificar como um tipo de violência?

Schleiniger e Stray (2011) afirmam que,

As formas comuns de tentativa de controle sobre a vida do outro nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes são o controle de comportamentos, das roupas usadas pelo(a) parceiro(a), dos nomes nas agendas dos celulares, dos acessos às redes sociais do(a) parceiro(a), das pessoas com quem conversa, dos lugares que frequentam e das formas de expressar afetos pelos(as) amigos(as). Há circunstâncias em que o controle ganha contornos de obsessão e toma forma de perseguição, podendo desencadear em agressões

físicas. No entanto, todas essas situações também são aceitas como forma de carinho e proteção, levando os jovens a ora reconhecer tais atitudes como violência e ora não, pois estão baseados nos ideários do amor romântico, em que a violência é percebida como demonstração de amor. (SCHLEINIGER E STRAY, 2011. p.3)

Inicialmente, torna-se importante ressaltar que a ideia de amor romântico que é vista na atualidade advém do romantismo literário do século XIX. A antropóloga Miriam Grossi (2004) irá buscar em Antony Giddens o conceito para o termo:

O amor romântico é, de alguma forma, um amor que implica, na sua essência, em desigualdade de gênero. Por quê? No amor romântico se trata da construção de uma narrativa, de um discurso da história do encontro de dois indivíduos. Mas essa narrativa é desigual, porque quem vai se entregar totalmente à relação é a mulher; o homem vai, na medida do possível, garantir sua vida sexual também fora do casamento (GROSSI, 2004. p. 25).

Tendo em vista essas duas perspectivas, pode-se levantar dois pontos. O primeiro no que se refere a ideia de diferenciação do que poderia ser considerado “amor romântico” e do que seria “amor violento” dentro da instituição escolar, com o intuito de articular as experiências afetivas às violências de gênero. Em segundo, os dois casos apresentam notórias diferenças de gênero dentro da relação. Consequentemente, a ideia de amor romântico dentro dessa construção pode encaminhar para a violência. Por isso, torna-se necessário firmar o emponderamento identitário dessas jovens. Porém, para que isso aconteça de fato, é importante que profissionais que atuam na escola tenham conhecimento do assunto e, principalmente, que estejam engajados na luta da inclusão da discussão de gênero na escola.

2.2. A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS.

Ser professor exige uma constante autoavaliação e uma atualização nos saberes. Assim, a formação continuada é fundamental no processo de desenvolvimento profissional, que exige cada vez mais do professor, não bastando somente sua formação inicial.

Nesse contexto, Bernardo (2004, p.1) diz que:

Na Literatura educacional, parece haver consenso em torno da ideia de que nenhuma formação inicial, mesmo a oferecida em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional. Esse consenso põe em destaque a necessidade de se pensar uma formação continuada que valorize tanto a prática realizada pelos docentes no cotidiano da escola quanto o conhecimento que provém das pesquisas realizadas na universidade, de modo a articular teoria e prática na formação e na construção do

conhecimento profissional do professor (*apud* ALMEIDA e SOARES, 2012, p.128).

Sabe-se que, diversos cursos em formação continuada podem ser ofertados pela própria escola, através das secretarias estaduais e/ou municipais, tendo em vista a qualificação dos profissionais e considerando os objetivos e/ou finalidades desta mesma formação.

No caso da escola pesquisada, é perceptível a falta de formação continuada, principalmente nos temas gênero e diversidade. A maioria dos profissionais obteve contato com o tema na sua formação inicial, apenas, e não sentem a necessidade de terem tido uma formação continuada que lhes propusessem aperfeiçoamento nessa área. Quando o assunto é violência, seja de gênero ou em qualquer outra forma, essa falta de preparo é preocupante. Os profissionais da instituição dizem não haver violência dentro da escola. O problema está, em como esses profissionais, sem o devido preparo, observam tais violências, que na maioria das vezes não estão expostas, e sim, nas entrelinhas do comportamento do aluno. Assim, nos questionamos: Não existe de fato violência dentro da instituição ou o que vemos é um total despreparo para lidar com situações de violência? Nessa perspectiva, é necessária uma mediação entre formação continuada e uma prática cotidiana, possibilitando que o profissional compreenda sua prática transformando-a de maneira significativa, e revertendo essa formação num olhar mais aberto para questões dessa complexidade. Conforme diz Saviani (1992, p.82-83):

A teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (*apud* ALMEIDA e SOARES, 2012, p.133)

Assim, mais do que ofertar uma formação continuada, aos seus profissionais, a escola deve também, propor ações que interrelacionam as práticas cotidianas com as práticas pedagógicas, principalmente, quando o assunto se trata de violência no âmbito educacional, e estas ocorrem de diversas formas, no preconceito da cor, nos xingamentos referentes a sexualidade, nos apelidos, entre outras, e pode-se dizer, que ficam na invisibilidade.

3. CAPÍTULO 2: RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA: APLICANDO OS QUESTIONÁRIOS

Como já foi dito anteriormente, foram entrevistados quinze profissionais, que atuam como professoras/es de ensino fundamental, como professor/a regentes de turma de anos iniciais e professoras/es de ensino médio. A idade varia entre 25 e 35 anos, sendo que todas/os possuem especialização em alguma área voltada à educação. Como podemos observar no gráfico abaixo:

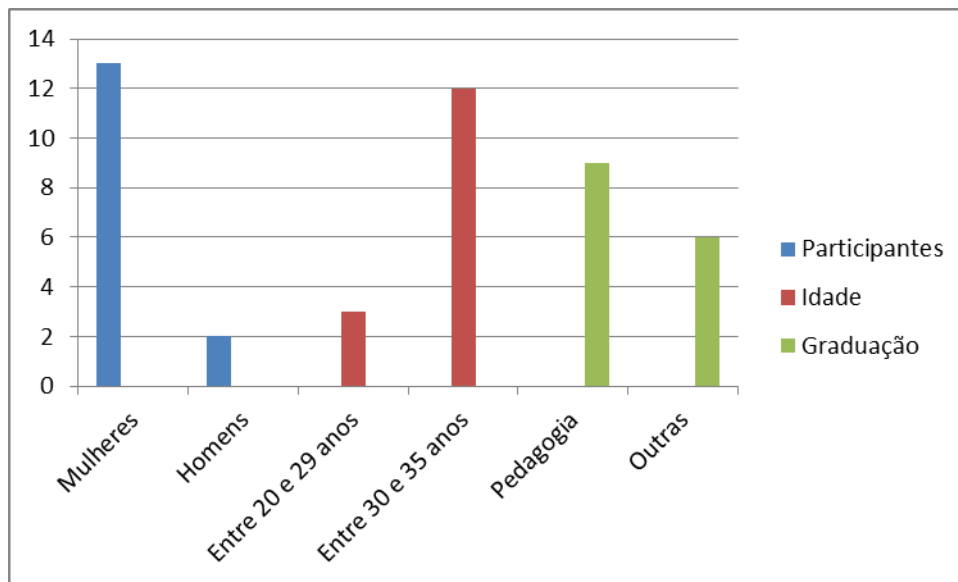


Gráfico 1: Dados gerais das/os Participantes

De maneira geral, as questões que conduziram a pesquisa procuraram debater a formação e a informação que os profissionais da escola, entre diretores, secretários e professores, teriam a respeito de gênero e diversidade, e das violências de gênero no âmbito escolar. O gráfico abaixo traz uma representação numérica das respostas obtidas nas questões mais objetivas:

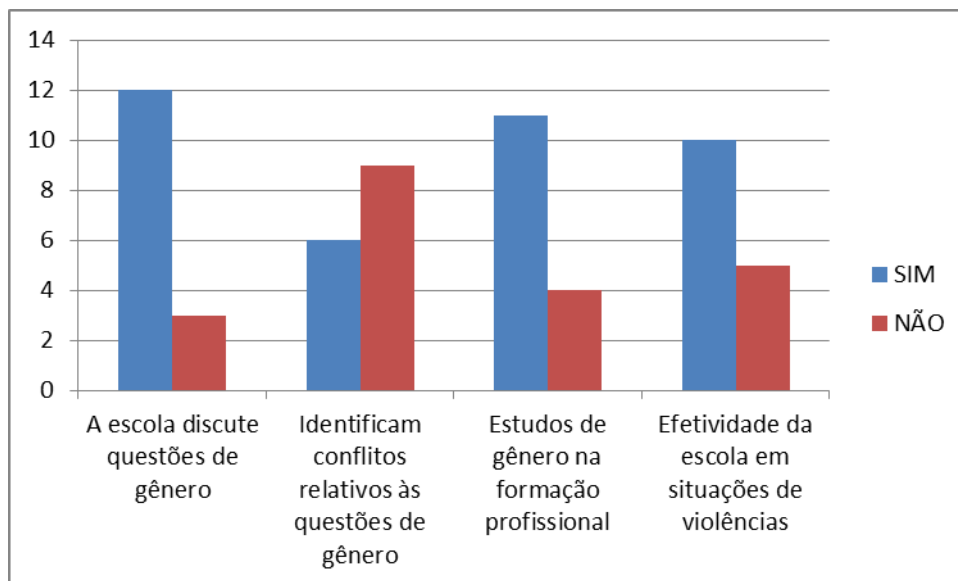


Gráfico 2 - Percepção das/os profissionais da educação sobre relações de gênero na escola estudada.

A primeira questão obstinou-se a saber se a escola trabalha as questões de gênero e se perpassa isso aos seus funcionários. A maioria das/os professoras/es afirmou, que a instituição trabalha essas questões através de debates e discussões de forma interdisciplinar, instigando as/os alunas/os a trabalharem em grupo a discussão da temática. Apenas três professoras/es disseram que a escola que atuam não trabalha tais questões, porém, não justificaram sua resposta.

Na sequência, a pergunta foi se a/o profissional identifica as diferentes relações de gênero em sala de aula, onde nove professoras/es disseram que não, mas, não justificaram. As/os outras/os profissionais relataram que de fato percebem essas relações através do comportamento de cada aluna/o, na forma em que se agrupam para as atividades, e/ou se separam por raça¹ ou classe social, sempre procurando juntar-se por gênero, e/ou por afinidades. Desta forma, os mesmos percebem que quando necessitam de um agrupamento diferente, a turma resiste e não considera essa possibilidade.

Quando questionados se tiveram contato com o tema em sua formação e/ou se sentem a necessidade de terem tido, quatro professoras/es disseram que não e que esse contato não faz falta porque conseguem lidar com diferentes situações através de sua experiência. No entanto, as/os demais profissionais, ressaltaram que, terem tido esse contato na sua formação acadêmica, mesmo que de forma sucinta, os direcionou para uma forma mais segura na solução de alguns conflitos. Disseram ainda que uma formação voltada às

¹ Raça é trabalhada aqui como uma palavra parte de uma narrativa feita por uma interlocutora. Dessa forma, não problematizo o conceito.

questões de gênero vem interligada a necessidade de uma escola voltada ao desenvolvimento humano/social de cada integrante da instituição.

Sobre a efetividade da escola em situação de violência, a maioria das/os professores respondeu que a instituição é efetiva em partes, tendo em vista que os profissionais trabalham de acordo com seus ideais morais e religiosos, sendo necessário um aprofundamento para resolver determinadas situações e trabalhar em cima da prevenção dessas situações de violência. Porém, as/os mesmos profissionais, não mostram efetividade nessas situações quando se trata da reação dos mesmos. Dentre as soluções apontadas pelas/os professoras/es estão:

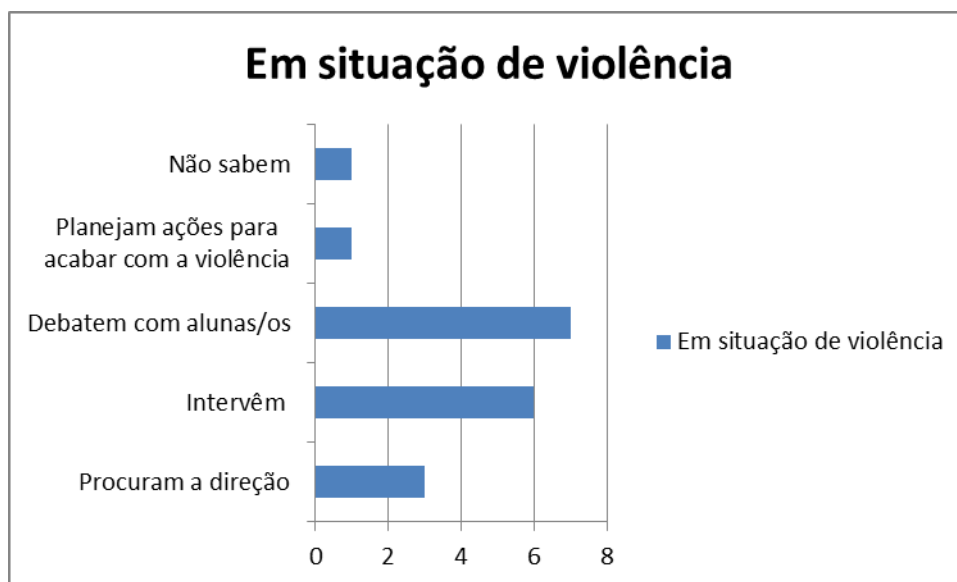


Gráfico 3: Soluções apontadas pelas/os profissionais da educação nas ocorrências onde há violência de gênero

Por se tratar de uma questão aberta, algumas pessoas trouxeram mais de uma solução, demonstrando o conhecimento em relação à complexidade da situação. Como já foi dito anteriormente, o contexto das violências de gênero – relativos a mulheres – demonstra toda uma construção de normas e discursões patriarcais, generalizantes, altamente excludentes e misóginos na qual o Brasil está inserido. Por isso a necessidade de ações conjuntas entre direção, profissionais e alunas/os como caminho em direção a uma redução, ou até extirpação, desses casos na escola.

Por fim, quando questionadas/os em como veem o papel da escola na problematização das violências, algumas/ns profissionais colocaram que a escola trabalha com a conscientização e o respeito no currículo, e que a mesma tem papel de esclarecer e discutir o tema em forma de debates. As/os outras/os professoras/es discordaram, colocando a

escola como neutra no debate e na problematização, com pouca efetividade, sendo que a mesma deveria ser norteadora e impulsionadora nos trabalhos de conscientização deste tipo de situação.

Diante das respostas obtidas pelo questionário aplicado podemos levantar alguns apontamentos. Primeiro, existe tensões entre os/as alunas/os que envolvem outros demarcadores sociais de diferenças para além das relações de gênero. O segundo envolve, não apenas percepções divergentes, como um desconhecimento por parte desses profissionais a respeito do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como de normas que envolvem o cotidiano escolar. Esse último seria o mais preocupante, sendo necessária uma análise mais profunda da relação entre profissionais e PPP.

Vale ressaltar ainda, que dentro da temática diversidade e gênero, por si só, muito pouco é trabalhado nessa escola, e menos ainda são trabalhados os conflitos de violência de gênero. Durante o período em que estive em campo, percebi que alguns profissionais tem dificuldades em planejar aulas e atividades que envolvam a temática. Essa dificuldade muitas vezes está relacionada a currículos mal construídos nas universidades brasileiras, bem como a falta de cursos de formação/aperfeiçoamento. Dessa forma, a escola, enquanto instituição, deveria oportunizar uma discussão mais ampla, sendo que a mesma é grande responsável na criação de identidade de gênero das crianças e adolescentes que estudam ali.

Segundo Argüello, 2013:

[...] embora as crianças sejam subjetivadas por pedagogias culturais que posicionam o masculino em uma relação de dominação do feminino e que apresentam a masculinidade hegemônica como opressiva e pautada na oposição binária com o feminino, elas conseguem entender as desigualdades que o discurso da história evidencia e, ainda mais, opõem-se a esses discursos em favor do feminino. Contudo, também é possível refletir que na Educação Infantil circulam, ao mesmo tempo, muitos discursos éticos, os quais fazem um chamado para a harmonia a amizade, a resolução de conflitos e a equidade nas relações das crianças. Esses discursos exercem cotidianamente uma influência moral nas crianças e ajudam, com isso, a perfilar seus posicionamentos nas situações de desigualdades e injustiças.(ARGÜELLO, 2013- P. 114.)

Neste sentido, e segundo o autor, percebe-se a influência do currículo escolar na formação moral da criança e/ou adolescente, pois mesmo com a percepção do certo ou errado, o que lhes é imposto como certo, dentro do conteúdo escolar, o mesmo vai levar para a vida. Por isso a importância da inclusão de temas como gênero e diversidade dentro dos currículos escolares, oportunizando debates, palestras, enfim, possibilitando a

discriminação e o aprendizado da temática, como um fator de priorizar as boas relações dentro da instituição.

4. CAPÍTULO 3: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O COTIDIANO ESCOLAR

Uma das propostas deste trabalho refere-se a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada, e uma reflexão quanto a formação dos profissionais da mesma. De acordo com o documento, percebeu-se a ausência de questões que abordem gênero e diversidade. O PPP também não inclui debates relativos às violências em seu âmbito geral, muito menos sobre questões de gênero.

Pensando que a educação básica de uma instituição é regulamentada pelo PPP da escola, a mesma tem autonomia para definir e desenvolver as possibilidades de crescimento da/o aluna/o e da instituição no âmbito educacional. E para que esse desenvolvimento aconteça de fato, é necessário que esse projeto seja construído de acordo com a realidade escolar.

Veiga (2004, p.11) esboça algumas das características de um Projeto Político Pedagógico:

- a. Ser processo participativo de decisões;
- b. Preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c. Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d. Conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e. Explicitar o compromisso com a formação do cidadão (*apud* MAIA e COSTA, 2013, p.23).

Conforme a autora, esse processo da construção de um projeto para a escola, deve ser pensado na “realidade específica”, e tem “compromisso com a formação do cidadão”, sendo então, de extrema importância, que os assuntos nele abordados abranjam de fato as/os alunas/os, que são os beneficiadas/os ou não, com este projeto. Assim, o que se percebe na escola pesquisada, é que a mesma não trabalha com as possibilidades de haver no âmbito escolar violências de gênero e/ou outra forma de violência, e não possui em seu PPP qualquer abordagem que, pelo menos esclareça estas questões.

Outro ponto bem relevante observado, é que não existe apoio e/ou incentivo, por parte da instituição, na formação continuada das/os profissionais, seja na temática de gênero e diversidade como em qualquer outro tema. A maioria das/os profissionais

entrevistadas/os alega que a escola debate a temática e que disponibiliza formação continuada, enfatizam também, que a escola trata destes assuntos de violência dentro do Projeto Político Pedagógico, sendo eficaz na solução da maioria dos casos de violência. Porém, além de não ser observado essas questões dentro do documento, a gestora (diretora) pressupõe que não acontecem casos de violência dentro da instituição, e por este motivo, não é indagado este assunto no PPP.

No entanto, pode-se observar que os profissionais da escola não tiveram, ou tiveram bem pouco contato com o tema violência de gênero, inclusive a gestora, e através desta, pode-se afirmar que observar casos de violência dentro de uma instituição é um dever complicado já para quem tem formação na área, imagine para os que não tenham. Neste sentido, vale ressaltar que a violência de gênero pode acontecer no bullying, na piada, no apelido, entre outros, e é quase nula a possibilidade dela não acontecer numa instituição que tem matriculados/as em torno de quinhentos alunos/as de diferentes etnias. Quanto a efetividade da escola nas questões da temática, um primeiro passo seria a inclusão da mesma em seu PPP, optando tratar destas questões de forma preventiva e de maneira a envolver toda a comunidade escolar, para que juntos iniciem um debate efetivo a respeito de gênero e violência. Nessa mesma linha, é necessário também, que a instituição invista na formação continuada de seus profissionais, afim de engajá-los em temáticas atuais, entre elas a violência na escola em todas as suas formas, e assim, em conjunto com os professores, trabalhar as questões para uma transformação da realidade escolar, e como afirmou Veiga (2011), “superar problemas no decorrer do trabalho educativo”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo que a escola é um local privilegiado para a reflexão de diversos temas, deve-se pensar a mesma, como uma oportunidade de discutir o tema gênero e violência. Assim, se a escola, no seu papel de construtora cidadã, desenvolvesse com seus educandos os temas, seria possível desenvolver o respeito ao próximo e uma grade parcela destas crianças, não sofreriam, ou não se tornariam vítimas de violência.

Lia Zanotta enfatiza duas formas de violência bastante comuns no Brasil, a Institucional e a Interpessoal, mas, dá maior ênfase a Violência Interpessoal, como podemos ver no trecho a seguir:

Entendo por formas de violências interpessoais aquelas que se dão no interior de redes de relações de pessoas a pessoas onde os laços e os contatos são entre indivíduos que se conhecem e, por violências institucionalizadas, aquelas que se dão entre indivíduos/sujeitos no interior de relações institucionalizadas, quer sejam as corporações oficiais de segurança encarregadas pelo Estado do uso do poder legítimo da força, quer sejam as redes da criminalidade organizada ou ainda violências que se dão no plano das relações entre indivíduos e instituições, como ação estratégica para disputar patrimônios. Ao focarmos a forte presença das formas de violência Interpessoal no Brasil, será possível apreender os significados íntimos e próximos entre os altos índices de atos de violência que finalizam em mortes por homicídios que vitimizam especialmente homens jovens, e a alta incidência de vitimização de mulheres de todas as idades. Mulheres são predominantemente alvos de atos cotidianos e crônicos de violência física, sexual e psíquica. Torna-se, assim, crucial a introdução de uma análise do gênero da violência (ZANOTTA, 2015, p. 51).

Dentro do ambiente escolar, essa “análise do gênero da violência”, tornaria possível a estimulação do emponderamento tanto feminino quanto a qualquer outro gênero, e o repensar de possíveis relacionamentos agressivos, sendo que é na adolescência, fase que ainda frequentam a escola, que meninos/as iniciam suas paqueras e, se “jogam” em relacionamentos por “amor”. Importante, também, salientar que, se a/o menina/o entendem de fato o que é a violência, em todas as suas faces, saberão identificar um relacionamento saudável e com “amor”, e conseguirão se auto defender de possíveis agressões quanto a suas escolhas.

Porém, as instituições educacionais tem grande dificuldade quando o assunto é gênero e diversidade, e ainda mais quando o assunto é violência. Entende-se este ponto, numa citação de Moreira e Candau no texto de Graupe e Souza (2015), 2015, que diz:

A escola sempre teve dificuldade com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamado a enfrentar (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 161. *apud* in GRAUPE; SOUZA, 2015, p. 114).

Nessa perspectiva, entende-se que a escola silencia também, as violências de gênero, e neutraliza o impacto que essas ocorrências trazem no dia a dia escolar. Porém, a diversidade no âmbito educacional, traz um caráter emergencial para a discussão do tema gênero e violência, sendo que a escola tem papel transformador na vida de cada aluno. Graupe e Souza, ainda faz reflexões quanto ao papel da escola.

A escola sendo o melhor espaço para construir relações quanto ao respeito e reconhecimento as desigualdades e diferenças em relação a gênero, classe, raça e níveis de aprendizagem, por exemplo, deve possibilitar um espaço pedagógico plural, que priorize uma educação na qual educandas/os não sejam reprodutoras/es de papéis impostos por uma sociedade que reforça um único padrão a ser respeitado (GRAUPE; SOUZA; 2016, p.. 116).

No que se refere a escola estudada, conclui-se que a mesma não tem efetividade na solução de situações de violência, tendo em vista que a maioria de seus profissionais não conseguem observar tais situações, que acabam ficando na invisibilidade. O que pode-se afirmar, é que a escola neutraliza essas situações e/ou não as vê, o que tende a ser um problema pra instituição, pois, isso pode gerar evasão escolar por parte da criança discriminada. A instituição não vem trabalhando em seu espaço a pluralidade, o que dificulta o desenvolvimento de seus profissionais na temática, sendo que se a instituição trabalhasse a diversidade e gênero no seu currículo, a formação continuada de seus professores seria algo essencial para que a prática docente fosse efetiva nestas questões, e isso traria um acervo de conhecimento aos profissionais envolvidos, que seria de grande valia para a comunidade escolar como um todo.

Assim, é necessário o despertar da instituição e de seus profissionais, para que retirem do seu currículo, conteúdos que configurem discriminações e ações de violência. Mais que isso, a escola necessita rever seus discursos preconceituosos e sua indiferença ao tema, e principalmente, cabe também, aos profissionais da instituição, agentes dessa mudança, oportunizar essa discussão dentro da sala de aula, necessitando sempre estar atualizado e buscar sempre a dominação do tema.

Dessa forma, propõe-se para a escola estudada a inclusão da temática gênero e violência no seu currículo, trabalhando em forma de debates, aulas, palestras e discussões em assembleias, registrando estas atividades na construção do Projeto Político Pedagógico, assim, os profissionais terão que trabalhar o tema, pois conta como parte obrigatória do currículo. Quanto aos profissionais que trabalham na instituição, propõe-se que a escola proporcione cursos de formação continuada na temática, e que este também seja registrado no PPP, para a sua efetividade.

Assim, através da formação continuada dos profissionais envolvidos e firmamento da escola e seus agentes como responsáveis por esse processo de desconstrução do preconceito e reconstrução de uma escola voltada a pluralidade, uma escola com papel transformador de sociedade, pode-se pensar em mudanças no âmbito educacional, para melhor reflexão da temática gênero e violência.

6. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, C.M. de. **Professor de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: aspectos históricos e legais da formação.** / Claudia Mara de Almeida, kátia Cristina Dambiski Soares. – Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Formação do Professor).

ARGÜELLO, Z.E.A. **Contos a favor da equidade de gênero.** / Zandra Eliza Argüello Argüello. Apud in Infâncias, gênero e sexualidade nas trmas da cultura e da educação/ (organizadoras) Jane Felipe, Bianca Salazar Guizzo, Dinah Quesada Beck. – Canoas: Ed. ULBRA, 2013. 160p.

CFEMEA. **Lei Maria da Penha Comentada.** Centro de Estudos Feministas, SCS, Quadra 2, Edifício Goiás, Bloco C, Sala 602 – Brasília – DF – Brasil.

FUNCK, S.B. MINELLA, S.L. ASSIS, G.O. **Linguagens e Narrativas/ desafios feministas.** Susana Bornéo Funck, Luzinete Simões Minella, Gláucia de Oliveira Assis (organizadoras). - - Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

GRAUPE, M. E. SOUZA, L. A. B de. **Gênero e educação.** Miriam Pillar Grossi; Olga Regina Z; Pedro Rosas Magrini (org.). Livro 2 – Módulo II – Gênero, diversidade sexual e religião; As diferenças de gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero // Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. 141 p. Livro didático.

GROSSI, M.P. Masculinidades: uma revisão teórica. In: Antropologia em primeira mão. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2004.

_____ **Rimando Amor e Dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal.** Especialização EaD em gênero e diversidade na escola: Livro V, Módulo V e VI/ Miriam Pillar Grossi [et al.]. – Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. In: Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

MACHADO, Lia Zanotta. **“Violência doméstica contra as mulheres no Brasil: avanços e desafios ao seu combate”.** In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Cartilha Violência Doméstica - Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica. Brasília: Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. 2006, pp. 14-18.

_____ MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento.** São Paulo: Francis, 2015.

MAIA, B. P. **Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político pedagógico.** / Benjamim Perez Maia, Margarete Terezinha de Andrade Costa. – Curitiba: InterSaberes, 2013. – (Série Processos Educacionais)

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978. p. 36 – 46.

_____ **O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira.**
[Coordenação de] Gilberto Velho. – Rio de Janeiro: Campus, 1980.

7. APÊNDICE

ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS- QUESTIONÁRIO

Prezada/o Colega,

Meu nome é Amanda Leffa Roldão, sou professora ACT do Estado de Santa Catarina e, atualmente aluna do curso de Especialização Lato Sensu em Gênero e Diversidade na Escola - GDE, da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC/SC. Solicito sua colaboração para minha pesquisa de conclusão de curso, respondendo o questionário abaixo. Na pesquisa, pretendo analisar o papel da escola na problematização das violências de gênero, e para isso, se faz necessário compreender até que ponto, você profissional da educação, tem preparo, e/ou formação continuada na área de gênero, diversidade e violência de gênero. O questionário é anônimo, e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos, portanto, sinta-se à vontade para se expressar livremente. Sua participação é importante!

1) Sua Idade:

- Entre 20 e 25 anos;
- 25 a 30 anos;
- 30 a 35 anos;
- mais de 35 anos.

2) Orientação sexual:

- Masculino
- Feminino
- Outra

3) Qual graduação você possui? Você possui alguma especialização *latu sensu* e/ou *strictu sensu*?

- Sim. Qual área e especialidade _____

4) Você considera que o fato de ser Mulher dificultou seu ingresso na carreira escolhida?

sim

não

Justifique:

5) A escola em que atua trabalha as questões de gênero?

Não

Sim. Se sim, Como?

Justifique:

6) Você visualiza diferenças no tratamento em sala de aula, dos seus alunos em relação a você, pelo fato de ser homem, mulher ou outro gênero?

Sim

Não

Se sua resposta foi sim, você lembra de alguma situação que gostaria de relatar?

7) Você percebe as relações de gênero em sala de aula?

sim – por favor exemplifique

não

Justifique:

8) Na sua formação, você teve contato com o tema gênero e diversidade?

sim – qual foi a relevância?

não – sente a necessidade de ter estudado este tema para atuar?

Comente:

9) Durante sua trajetória até a presente data, você teve alguma situação de violência de gênero em alguma escola que atuou?

Sim

Não

Se sua resposta foi sim, você pode relatar?

10) Como você vê o papel da escola perante situações de violência dentro da instituição?

efetiva

efetiva em partes

não- efetiva

outros

Justifique:

11) Como professor, como você reagiria diante de uma situação de violência de gênero?

12) Na sua opinião, qual o papel da escola em que você atua, na problematização das violências de gênero?
